

## **TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL**

Érica Ferrer Santos  
Universidade de Brasília

### **Territórios intencionalmente de risco: uma reflexão sobre o Rio de Janeiro e o Distrito Federal (Resumo)**

A observação sobre a diferença dos índices de homicídios ocorridos entre áreas do espaço urbano pode instigar a reflexão acerca dos motivos para tal contraste. Este trabalho mostra que tal desigualdade entre diferentes territórios também pode ser observada pelo número de delegacias, escolas, hospitais, teatros e livrarias. Tal discrepância é motivada em grande parte pelo uso do capital público mais concentrado em determinados pontos da cidade, ocupados por populações com maior renda. Logo, por ser tal investimento público uma opção, a falta desse financiamento em determinados territórios se torna também uma escolha, criando determinadas áreas urbanas mais violentas. Ainda, o fato de que qualquer opção pública pressupõe uma motivação traz à tona uma escolha por criar intencionalmente determinados territórios de risco. A análise do Distrito Federal e Rio de Janeiro instrumentaliza o debate.

**Palavras chave:** planejamento urbano, criminalidade, investimento público, ordenamento territorial.

### **Intentionally territories of risk: a reflection about Rio de Janeiro and Federal District (Abstract)**

A note about the difference in the rates of homicides occurring between areas of urban space can instigate a reflection on the reasons for this contrast. This study shows that such inequalities between different areas can also be seen by the number of police stations, schools, hospitals, theaters and bookstores. This discrepancy is largely motivated by the use more concentrated of public capital in certain parts of the city, occupied by people with higher incomes. Hence, for being a option the public investment, the lack of this funding in certain territories also become a choice, creating certain most violent urban areas. Still, the fact that any public option assumes

a motivation brings up a choice by creating intentionally risk territories . The analysis of the Federal District, and Rio de Janeiro instrumentalizes debate.

**Keywords :** urban planning , crime , public investment , territorial order.

Rio de Janeiro e o Distrito Federal possuem realidades e perfil histórico bem diferentes. Enquanto que a ocupação fluminense se deu de forma desordenada, a política habitacional no Distrito Federal foi planejada.

Historicamente, é possível observar no padrão de ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro, um traçado que comprova que a ocupação da cidade se deu de forma completamente não planejada e, até certo ponto, espontânea. A segregação de populações em favelas apenas ocorreu, de forma efetiva, após a Reforma urbana de Pereira Passos – também conhecida como “bota-abaixo” – onde milhares de pessoas foram expulsas da região central da cidade. No entanto, para ainda residirem próximo ao centro, parte dessa população começou a ocupar o Morro da Providência, a primeira favela carioca, localizada na frente do relógio da Central do Brasil.

A desigualdade de renda da população, as reformas urbanas e a especulação imobiliária criaram ao longo do tempo uma grave segregação espacial levando a população mais pobre para áreas cada vez mais afastadas da área central do Rio de Janeiro ou para as favelas.

No caso do Distrito Federal, Brasília foi criada para ser a capital do Brasil numa área onde não residia basicamente nenhuma pessoa. No entanto, após sua construção, a mão de obra menos qualificada (como pedreiros e domésticas) foi “expulsa” do Plano Piloto – salvo exceções como a Vila Planalto – e realocada em regiões menos “nobres”. Logo, a segregação socioespacial neste caso se deu desde a construção de Brasília.

### **Metodologia empregada**

O método utilizado para esta pesquisa se baseia tanto em dados referentes à criminalidade quanto em dados de infraestrutura e sociais para propor uma reflexão decorrente da desigualdade de investimentos públicos entre os territórios.

Por ser objetivo da pesquisa propor uma análise acerca dos motivos das diferenças profundas de criminalidade entre territórios, a utilização dos dados de índice de homicídios somados à informações acerca do IDH, renda per capita, número de hospitais, escolas, delegacias, teatros e livrarias traz à tona a desigualdade no montante de investimento público nos territórios, fato este que piora as consequências da desigualdade social.

A utilização dessas fontes é fundamental para desenvolver a pesquisa em voga, pois o objeto de estudo precisa ser analisado por um viés criminal somado às questões do investimento governamental presente que será observado.

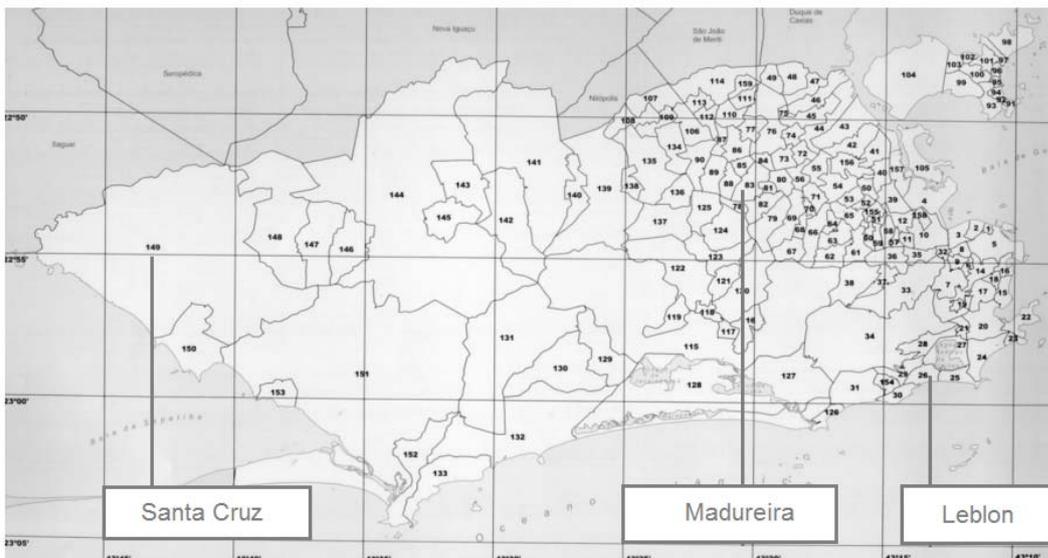
Os dados estatísticos são do Instituto Municipal Pereira Passos/RJ; Companhia de Planejamento do Distrito Federal; Governo no Distrito Federal, Governo do Rio de Janeiro, Prefeitura do Rio de Janeiro e suas secretarias; Jornal Correio Braziliense; Jornal O Globo; e Listas telefônicas do Rio de Janeiro e Brasília.

As regiões utilizadas no Rio de Janeiro (bairros do Leblon, Santa Cruz, Madureira) e no Distrito Federal (regiões administrativas de Brasília, Ceilândia e Taguatinga) fornecem dados que revelam o forte contraste criminal, social e de infraestrutura.

### Os territórios analisados

Na cidade do Rio de Janeiro os territórios analisados serão os bairros do Leblon, Madureira e Santa Cruz. O Leblon neste caso é o bairro com população de IDH elevado, renda per capita alta, infraestrutura básica e de lazer alta. Santa Cruz possui população de IDH baixo, renda per capita baixa, infraestrutura básica e de lazer baixa. Madureira possui índices medianos.

**Figura 1.**  
**Localização dos bairros do Leblon, Madureira e Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro**



Fonte: Atlas Geográfico Escolar da cidade do Rio de Janeiro, IPP/RJ, 2000.

No Distrito Federal serão estudadas as regiões administrativas de Brasília, Taguatinga e Ceilândia.

Brasília neste caso possui população com IDH elevado, renda per capita alta, infraestrutura básica e de lazer alta. Ceilândia possui população com IDH baixo, renda per capita baixa, infraestrutura básica e de lazer baixa. Taguatinga possui índices medianos.

**Figura 2**  
**Localização das regiões administrativas de Brasília, Taguatinga e Ceilândia**



Fonte: Codeplan/DF, 2014

### **Infraestrutura e índice de homicídios**

Este estudo empírico sobre os territórios intencionalmente de risco traz a infraestrutura como o número de delegacias, hospitais, teatros, livrarias e escolas por serem estes bens mais básicos ou por serem raros.

A criminalidade a ser observada é o número de homicídios dolosos por ser este crime o mais penalizado pelas leis brasileiras. No caso da cidade do Rio de Janeiro versa sobre todo o ano de 2013, no caso do Distrito Federal contém apenas os dados de janeiro a maio de 2013 por serem estes os únicos meses divulgados pela Secretaria de Segurança do Governo do Distrito Federal.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, os índices são medidos por AISP (área integrada de segurança pública) que contém outros bairros. No entanto, a profunda diferença entre essas AISP contribuem para a análise da questão.

Os Quadros 1 e 2 apresentam esse contraste acerca dos índices de homicídios entre estas regiões do Rio de Janeiro e Brasília.

No Rio de Janeiro, a AISP do Leblon possuiu índice mensal de homicídios de 0,45 por 100 mil habitantes. Este índice é ínfimo se comparado aos índices de Santa Cruz e Madureira, de 3,16 e 2,70 respectivamente no ano de 2013.

O Distrito Federal, em sua região administrativa de Brasília possui índice mensal de homicídios de 0,67 por 100 mil habitantes. Neste caso, o profundo contraste ocorre com

Ceilândia que possui índice de 3,13. O índice de 1,40 de Taguatinga apesar de não ser tão alto, ainda é o dobro de Brasília, logo o fenômeno ali também ocorre.

**Quadro 1.**  
**Média mensal de homicídios por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro em 2013 por AISP**

(AISP 23) <b>Leblon</b> , Rocinha, Ipanema, Gávea, Jardim Botânico, Lagoa, São Conrado e Vidigal  <b>Média de 0,45 homicídios</b>
(AISP 27) <b>Santa Cruz</b> , Paciência, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba  <b>Média de 3,16 homicídios</b>
(AISP 9) <b>Madureira</b> , Campinho, Cascadura, Praça Seca, Quintino Bocaiúva, Vila Valqueire, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Turiaçu, Vaz Lobo, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz Coelho Neto, Colégio (Parte), Honório Gurgel e Rocha Miranda  <b>Média de 2,70 homicídios</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, 2014.

**Quadro 2.**  
**Média mensal de homicídios por 100 mil habitantes no Distrito Federal entre janeiro e maio de 2013**

(RA 01) <b>Brasília</b>  <b>Média de 0,67 homicídios</b>
(RA 03) <b>Taguatinga</b>  <b>Média de 1,40 homicídios</b>
(RA 09) <b>Ceilândia</b>  <b>Média de 3,13 homicídios</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, 2014.

Nos Quadros 3 e 4 se pode observar tal discrepância também acerca da infraestrutura presente nestes territórios.

**Quadro 3. Infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro**

	<b>Leblon</b>	<b>Madureira</b>	<b>Santa Cruz</b>
<b>População</b>	46.044	50.106	217.333
<b>Hospitais públicos</b>	1	1	1
<b>Delegacias</b>	3	1	1
<b>Teatros</b>	6	1	0
<b>Livrarias</b>	10	4	3
<b>IDH</b>	0,967	0,831	0,742
<b>Renda per Capita</b>	5.805,42	980,13	509,71
<b>Escolas e creches públicas</b>	3	18	92

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Municipal Pereira Passos, Secretaria de Estado de Educação do RJ, Secretaria Municipal de Educação do RJ, Polícia Civil do RJ, Lista telefônica do RJ, 2014.

**Quadro 4. Infraestrutura no Distrito Federal**

	<b>Brasília (RA 01)</b>	<b>Taguatinga (RA 03)</b>	<b>Ceilândia (RA 09)</b>
<b>População</b>	208.666	199.715	402.729
<b>Hospitais públicos</b>	6	2	1
<b>Delegacias</b>	9	4	4
<b>Teatros</b>	8	1	1
<b>Livrarias</b>	70	16	5
<b>IDH</b>	0,936	0,855	0,784
<b>Renda per capita</b>	3.835,27	1.318,38	611,29
<b>Escolas e creches públicas</b>	85	55	89

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Codeplan, Seplan, Secretaria de Educação do DF, Secretaria de Saúde do DF, Polícia Civil do DF, Lista telefônica, Jornal Correio Braziliense, 2014.

Na área da saúde, o número de hospitais públicos é o mesmo. Contudo, a população de Santa Cruz representa quatro vezes a população do Leblon e, ainda assim, possui a mesma quantidade de hospitais. Cabe ressaltar que a população do Madureira e Santa Cruz necessita mais de hospitais públicos por não ter a mesma renda dos moradores do Leblon.

Em segurança pública, a diferença é drástica, a cada 100 mil habitantes no Leblon há 6,51 delegacias por 100 mil habitantes, em Madureira 2 delegacias, em Santa Cruz 0,46 delegacias.

No quesito lazer, é alarmante a diferença, proporcionalmente o número de teatros no Leblon é seis vezes maior do que em Madureira e vinte e quatro vezes maior do que em Santa Cruz. O número de livrarias no Leblon é aproximadamente quinze vezes maior do que em Santa Cruz e duas vezes e meia maior do que em Madureira, em proporção populacional.

Sobre desigualdade de renda, o morador do Leblon tem ganhos proporcionais de quase seis vezes da renda do morador de Madureira e de onze vezes se comparada à renda do morador de Santa Cruz.

No quesito educação, numa primeira análise é perceptível que o número de creches escolas de Madureira e Santa Cruz são altos se comparados ao Leblon. No entanto, cabe refletir sobre a situação das escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro. Os anos da política de aprovação automática e o descaso com a educação pública têm gerado alunos que saem da escola praticamente como analfabetos funcionais. O aluno do Leblon buscará um ensino de qualidade, no entanto grande parte da população de Madureira e Santa Cruz terá a necessidade de utilizar a escola pública.

As diferenças de IDH comprovam o abismo de desenvolvimento humano presente entre tais bairros.

Na saúde, Brasília possui três vezes mais hospitais que Taguatinga e doze vezes mais hospitais que em Ceilândia.

Em segurança pública, Brasília possui 2,25 vezes mais delegacias do que em Taguatinga e 4,5 vezes a mais do que em Ceilândia, se analisarmos em proporção quanto à população.

No quesito lazer, Brasília possui oito vezes mais teatros que em Taguatinga e dezesseis vezes mais teatros do que em Ceilândia. O número de livrarias de Brasília é 4,5 vezes maior se comparado à Taguatinga e nove vezes maior se comparado à Ceilândia.

Sobre desigualdade de renda, o morador de Brasília ganha aproximadamente três vezes a mais do que o morador de Taguatinga e seis vezes mais do que o morador de Ceilândia.

Na área de educação, Brasília possui 1,5 vezes mais escolas e creches públicas que Taguatinga e aproximadamente duas vezes mais escolas do que em Ceilândia.

O IDH apresentado no quadro apenas reforça as desigualdades já observadas.

### **O território intencionalmente de risco**

As diferenças apresentadas entre as regiões do Distrito Federal e do Rio de Janeiro revelam índices profundos de desigualdade de infraestrutura de saúde, segurança pública, lazer e educação.

O poder público, ao dotar o espaço desses equipamentos, optou por investir mais em saúde, segurança pública e lazer (os teatros são em parte financiados pela iniciativa pública) nos territórios de população com maior poder aquisitivo. O ordenamento territorial nesse caso optou por colocar mais infraestrutura em determinados territórios, tanto a ação pública quanto a omissão neste caso merecem análise.

Nesta pesquisa, o menor investimento em infraestrutura de segurança, saúde, educação e lazer se relaciona com índices maiores de homicídios. Logo, pouca infraestrutura pode elevar a taxa de homicídios no caso de grandes metrópoles. Tal fato é de conhecimento geral.

O poder público, sabendo disso, intencionalmente prioriza a segurança pública nos territórios de moradores de maior renda.

Assim, é possível afirmar que o poder público gera territórios intencionalmente de risco e territórios intencionalmente seguros.

A infraestrutura ao ser distribuída nos territórios passa pelo ordenamento territorial que é a ação e efeito de colocar as coisas no lugar que consideramos adequado, segundo Gross<sup>1</sup>. Logo, passa por um critério subjetivo tal disposição.

Um olhar mais amplo propõe a reflexão de que tal caráter subjetivo atinge o planejamento urbano, pois este é uma ação que envolve relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas, entre outros, segundo Souza<sup>2</sup>.

Por ser necessário esmiuçar o território de risco, cabe pensar sobre os equipamentos (infraestrutura) e as decisões políticas. Assim, o conceito de Milton Santos<sup>3</sup> de que o espaço é um híbrido de sistema de objetos e sistema de ações se faz central neste trabalho.

A disposição de infraestrutura nos territórios de forma desigual gera espaços de insegurança. Nesse ponto, a construção do “território de risco”, extraída de geografia física, se torna útil, pois seria aquele onde existe a possibilidade de que ocorra uma

---

<sup>1</sup> Gross, 1998

<sup>2</sup> Souza, 2006

<sup>3</sup> Milton Santos, 2012

catástrofe segundo Garcia-Tornel<sup>4</sup>, conceito instrumentalizado nesta pesquisa por ser esta uma visão que qualifica o território em si, através de seus objetos dispostos nele.

Sobre a segregação socioespacial pode-se afirmar que, não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção<sup>5</sup>. Assim, tanto o espaço do Distrito Federal quanto o do Rio de Janeiro tem em seu desenho essa reprodução.

A forte interação entre uma região e o Estado, como no caso da segregação, pode ser observada através do primeiro grande pensador a propor o conceito de território. Ratzel<sup>6</sup> refletia que o Estado e o seu território não podem ser analisados sem a consideração de que ambos estão relacionados, esse viés político é essencial para se analisar o presente estudo.

No entanto, nem tudo que se percebe no campo pode ser interpretado sem profunda análise, pois não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico<sup>7</sup>.

Desta forma, o espaço apenas investigado pela percepção visual e psíquica, muitas vezes influenciada pela mídia e pela política, deve ser questionado. O próprio método dialético-marxista trouxe a ideia da necessidade de investigação histórica e das relações sociais de produção exatamente para entender os mecanismos reais que interferem no espaço.

Lefebvre analisa que a tentativa de se mascarar as contradições do espaço, muitas vezes através de estatísticas e de naturalizações do *status quo* que não revelam os embates sociais:

“A estratégia de classes tenta assegurar a reprodução das relações essenciais através do espaço inteiro. Nessa hipótese, não há espaço absoluto, seja vazio, seja pleno, a não ser para o pensamento filosófico-matemático. As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional, quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas<sup>8</sup>”.

Além do Distrito Federal e da cidade do Rio de Janeiro serem marcados pelas contradições advindas das relações sociais de produção, onde a mão de obra pouco qualificada foi condenada a espaços “menos nobres”, outro fator que segrega tal

---

<sup>4</sup> Garcia-Tornel, 2001

<sup>5</sup> Lefebvre, 2008, p.48

<sup>6</sup> Ratzel, 1909

<sup>7</sup> Bourdieu, 1999, p.159

<sup>8</sup> Lefebvre, 2008, p. 56

sociedade é a imagem atribuída a tais espaços dos menos abastados. Imagem esta que quando não criticada reforça o estigma negativo de territórios marginalizados.

Segundo Foucault, o espaço também carrega um conteúdo psíquico, pois:

“Não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado de fantasma; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água-viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal<sup>9</sup>”.

No caso brasileiro, algumas de suas regiões são veiculadas como seguras e agradáveis, enquanto outras são vistas como violentas e degradadas, no entanto tais qualificações carregam intenções políticas e imobiliárias, dentre outras.

A construção de um território mais violento carrega em si o investimento público ali feito, logo é necessário redimensionar tal questão para o ponto da infraestrutura ali colocada.

### **A imagem da violência**

A questão psíquica de qualificação de determinados espaços traz à tona a questão de que o imaginário tem o papel de mascarar a predominância das pressões, a fraca capacidade de apropriação, a acuidade dos conflitos e os problemas ‘reais’<sup>10</sup>. Assim, ao invés de se buscar mecanismos que promovam a melhora da infraestrutura, a distribuição de renda, a qualificação educacional, apenas é levantada a questão da segurança pública como prioritária e urgente.

Dessa forma, a mídia explora tal medo e insegurança espetacularizando a criminalidade. Acerca da questão da imagem da violência, Bourdieu assevera:

“Falar hoje de “subúrbio com problemas” ou de “gueto” é evocar, quase automaticamente, “não realidades”, aliás muito amplamente desconhecidas daqueles que falam disso de muito bom grado, mas fantasmas, alimentados de experiências emocionais suscitadas por palavras ou imagens mais ou menos não controladas, como aquelas que a imprensa sensacionalista e a propaganda ou o boato políticos veiculam<sup>11</sup>”.

Logo, é criada uma imagem falsa de tais espaços, (Ceilândia no Distrito Federal, Santa Cruz e Madureira no Rio de Janeiro) retratados pela mídia e imaginados pelos moradores das áreas mais valorizadas como espaços de violência e insegurança.

Ainda, sobre a violência nas cidades, os índices de criminalidade não são números desprovidos de intenção, eles são ao mesmo tempo: estratégias políticas tanto para conseguir votos, quanto para os governantes se manterem no poder contra a violência;

---

<sup>9</sup> Foucault, 1984, p. 413

<sup>10</sup> Lefebvre, 1991, p. 99

<sup>11</sup> Bourdieu, 1999, p.159

estratégias de vendas para empresas relacionadas às câmeras de segurança e vigilantes; estratégias imobiliárias, onde se vende um habitat livre de perigo, ou precarizando determinado espaço para valorizar outro; estratégias midiáticas, onde se espetaculariza a violência; dentre outras estratégias.

A questão do medo é manipulada utilizada por tais entes (governos, empresas de segurança e imobiliárias) para estimular suas ambições. Sobre o medo, Bauman afirma que:

“Apesar da nossa sociedade ter chegado ao ponto de evitar ou derrotar grande parte das ameaças à segurança humana nossa ‘obsessão com segurança’, assim como nossa intolerância a qualquer brecha – ainda que mínima – no seu fornecimento, que se torna a fonte mais prolífica, auto renovável e provavelmente inexaurível de nossa ansiedade e de nosso medo<sup>12</sup>”.

Assim, se cria uma indústria do medo, que usa esse sentimento humano da forma mais favorável num determinado momento. Caso seja interessante, uma cidade inteira passa a ser divulgada como próspera e segura ou violenta e degradada. Logo, tanto no Distrito Federal quanto no Rio de Janeiro não é apenas a segregação socioespacial das relações sociais de produção que existe, mas também uma segregação criada através do imaginário.

Contudo, a indústria que lucra manipulando o medo só é concreta e rentável porque a sociedade, em geral, tem se sentido insegura. Assim, a estratégia relacionada à indústria da segurança privada traz à tona a questão de que atualmente se vive numa sociedade de risco. Beck argumenta:

“Em contrapartida ao ideal da igualdade, na sociedade de risco o contra projeto normativo, que lhe serve de base e de impulso, é a segurança. O lugar do sistema axiológico da sociedade “desigual” é ocupado assim pelo sistema axiológico da sociedade ‘insegura’. Enquanto a utopia da igualdade contém uma abundância de metas conteudístico-positivas de alteração social, a utopia da segurança continua sendo peculiarmente negativa e defensiva: nesse caso, já não se trata de alcançar efetivamente algo ‘bom’, mas tão somente de evitar o pior. O sonho da sociedade de classes é: todos querem e devem compartilhar do bolo. A meta da sociedade de risco é: todos devem ser poupados do veneno<sup>13</sup>”.

Logo, é necessário ir para além da perspectiva do medo, ou do risco. Analisar não apenas a criminalidade ou a segurança em si, mas observar o contexto envolvido como a infraestrutura e a desigualdade social é primordial para a compreensão deste fenômeno.

## **Conclusões**

A segurança pública envolve questões para além do aparato policial, para chegar à raiz deste tema é necessário observar sua origem que se encontra na decisão política.

Os entes políticos que tomam tais decisões, no caso do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, têm priorizado de forma excessiva regiões de habitantes de maior poder aquisitivo. Tal excesso esconde por outro lado a escassez de tais decisões em áreas de

---

<sup>12</sup> Bauman, 2008, p.169

<sup>13</sup> Beck, 2010, p. 59

população mais pobre. Tal escassez não acontece por acaso, ela é fruto de uma opção política.

A ação ou a omissão política são pontos centrais na questão da segurança pública. Não se pode ignorar a motivação que leva a uma determinada decisão política. Os motivos possuem diversas intenções que são diferentes por conta dos sujeitos e dos períodos históricos.

Nesse ponto é vislumbrada a intencionalidade, que pode possuir diferentes motivos. Assim, a contribuição deste trabalho é instigar sobre o território intencionalmente de risco como uma reflexão acerca do rebatimento das decisões políticas nos territórios.

No Rio de Janeiro bairros de população mais pobre como Santa Cruz e Madureira possuem menor infraestrutura do que bairros como o Leblon, a diferença nos índices de criminalidade segue a mesma lógica, não por acaso, mas sim porque se opta politicamente por tornar o Leblon mais seguro. No Distrito Federal a decisão política torna mais segura a região administrativa de Brasília, em detrimento de Taguatinga e Ceilândia, seguindo a lógica infraestrutura-criminalidade.

O ordenamento territorial, por ser uma opção política que beneficia determinados espaços em detrimento de outros, traz um reflexo visível na questão da infraestrutura dispensada às regiões de populações mais pobres.

Somado a isto, a violência policial discriminatória é muito presente nas áreas nobres tanto do Rio de Janeiro quanto do Distrito Federal. Tal padrão acaba segregando as populações pardas e negras afastando-as da ampla mobilidade urbana. Essa segregação somada às diferenças do ordenamento territorial e à desigualdade social impede o total acesso aos teatros, livrarias, galerias de arte, por exemplo.

Refletir sobre o motivo por trás dos dados altos de homicídios serem exatamente relacionados a esta população segregada, afastada do acesso à infraestrutura é imperioso na atualidade. Pois, ali a população não possui policiamento que os proteja, ao contrário, a figura do policial é vista com medo porque os policiais agem nestes espaços de forma mais arbitrária e discriminatória em comparação aos territórios “mais nobres”. O fato do esvaziamento de infraestrutura do Estado nestas áreas pode estimular a violência tanto em geral quanto a policial, pois tais agentes sabem que não serão punidos ali.

Logo, à medida que são realizadas diversas decisões políticas, territórios são requalificados e dotados de equipamentos de infraestrutura. No entanto, caso não sejam tomadas tais decisões, um território permanece como está ou tem suas características desqualificadas. A reflexão tendo por base o território intencionalmente de risco serve para trazer à tona a opção política motivadora do aparelhamento de infraestrutura nas regiões que se reflete no índice de homicídios.

## **Bibliografia**

BATISTA, V. *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. 1999. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p.159-166.
- BRITO, F. *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013.
- CALVO GARCÍA TORNEL, Francisco. Algunas cuestiones sobre Geografía de los Riesgos. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, 1997, vol. I, nº 10, p 1-5.
- FARIAS, J. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços suburbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Ed. Alameda, 2006.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. In: MOTTA, M. (org.). *Michel Foucault. Estética, literatura e pintura, música e cinema*. 1967. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p.411-422
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GROSS, P. Ordenamento Territorial: El manejo de los espacios rurales. *Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 1998 Vol XXIV, nº 73, p 116-118.
- LEFEBVRE, H. A sociedade burocrática do consumo dirigido. In: LEFEBVRE, H (org.). *A vida cotidiana no mundo moderno*. 1991. São Paulo: Ática, 1991, p.77-119.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.
- MAIOLINO, A. *Espaço Urbano: conflitos e subjetividade*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.
- PAVIANI, A. (org.) *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.
- RATZEL, F. Antropogeographie. 1909. In: MORAES, A. C. R. *Ratzel. Coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, M. *A natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP. 2012.
- SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.